
DÍVIDA ATIVA A SER ARRECADADA: CRÉDITOS INSCRITOS E SUA RELAÇÃO COM FATORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

ACTIVE DEBT TO BE COLLECTED: SUBSCRIBED CREDITS AND THEIR RELATIONSHIP WITH ECONOMIC AND SOCIAL FACTORS

Saulo Silva Lima Filho

*Doutor em Contabilidade - PPGCONT -
Universidade Federal do Paraná
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – UFPR - CEP:
80210-170 - Curitiba – Paraná
Telefone: (41)99920-0592
E-mail: saulosfilho@gmail.com*

*Recebido: 12/06/2020 Aprovado: 19/07/2021
Publicado: 30/08/2021*

Blênio Cezar Severo Peixe

*Doutorado em Engenharia de Produção – Professor do
Departamento de Contabilidade
PPGCONT – Universidade Federal do Paraná
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 – UFPR - CEP:
80210-170 - Curitiba – Paraná
Telefone: (41)99967-2730
E-mail: bleniocsp@gmail.com*

RESUMO

Durante o processo de elaboração orçamentária, são estimados os valores a serem arrecadados no exercício vindouro, todavia, por vezes o ente governamental se depara com valores que não adentram os cofres públicos, os quais, quando couber, podem ser inscritos em Dívida Ativa. Nesse sentido, nota-se que as características socioeconômicas regionais são relevantes pois fornecem argumentos às estimativas iniciais. Posto isso, o presente estudo busca verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015. As características dos municípios, bem como os aspectos relacionados à previsibilidade de receitas foram analisados sob a lente da Teoria Institucional, com ênfase em sua perspectiva isomórfica que torna homogêneo o ambiente que tais instituições estão inseridas. Para tanto, foram coletados dados dos 399 municípios paranaenses analisados em uma regressão com Dados em Painel, cujo resultado evidencia que a variância observada nas variáveis socioeconômicas permite explicar o estoque receitas frustradas inscritas em dívida ativa. Interpretam-se os resultados com fundamento no entendimento de que as condições de crescimento econômico e bem-estar social da população possuem reflexos nas conjunturas orçamentárias e financeiras governamentais, que se traduzem em melhores níveis de receita pública. Logo, com a ampliação nas condições para se auferirem recursos, aumentam os volumes de arrecadações estimadas e não recolhidas. Portanto, busca-se ampliar a discussão a respeito da relevância destas receitas à consecução das atividades governamentais, enquanto fontes de financiamento de políticas públicas. Além disso, o uso do suporte teórico, fornece auxílio para explicar as circunstâncias assemelhadas a que os municípios estão expostos, tornando o presente problema congênere enquanto buscam condições de legitimar as métricas adotadas para mensuração dos valores a serem arrecadados.

Palavras-chave: Volume da Dívida Ativa. Análise dos Créditos Inscritos. Fatores Socioeconômicos. Municípios Paranaenses. Dados em Painel.

ABSTRACT

During the process of budget preparation, the values to be collected in the coming fiscal year are estimated, however, sometimes the government entity is faced with values that do not enter the public coffers, which, when applicable, can be enrolled in Active Debt. In this sense, it is noted that the regional socioeconomic characteristics are relevant because they provide arguments to the initial estimates. Given this, the present study seeks to verify the relationship between economic and social indicators with the volume of active debt stock to be collected by the Municipalities of Parana from 2010 to 2015. The characteristics of the municipalities, as well as the aspects related to the predictability of revenues were analyzed under the lens of Institutional Theory, with emphasis on its isomorphic perspective that makes homogeneous the environment that such institutions are inserted. To do so, we collected data from 399 municipalities analyzed in a regression with Panel Data, whose results show that the observed variance in the socioeconomic variables allows us to explain the stock of frustrated revenues inscribed in active debt. The results are interpreted based on the understanding that the conditions of economic growth and social well-being of the population have repercussions in the governmental budget and financial conjunctures, which translate into better levels of public revenue. Therefore, with the increase in the conditions to obtain resources, the estimated and uncollected collection volumes increase. Therefore, it is sought to broaden the discussion about the relevance of these revenues to the achievement of governmental activities, as sources of financing of public policies. In addition, the use of theoretical support provides help to explain the similar circumstances to which municipalities are exposed, making the present problem congenial while seeking conditions to legitimize the metrics adopted to measure the values to be collected.

Keywords: *Active Debt Volume. Analysis of Subscribed Credits. Socioeconomic Factors. Municipalities of Parana. Panel Data.*

1 INTRODUÇÃO

Os créditos relativos à fazenda pública, exigíveis pelo transcurso do prazo para recolhimento, não arrecadados, são passíveis de inscrição em Dívida Ativa, os quais configuram um ativo, por representarem a expectativa de benefícios futuros ao ente público, originado a partir do não recebimento de obrigações devidas por terceiros (LIMA, 2018; MCASP, 2019).

Logo, ao passo que a assunção de receitas permite ao ente governamental fixar suas atividades, a frustração de arrecadação pode representar uma afronta ao planejamento governamental, prescindindo de ações para minimização do impacto relativo aos créditos não observados (GIACOMONI, 2018).

Adicionalmente, verifica-se que indicadores econômicos e sociais - medidas representativas de realidades econômicas ou aspectos sociais mais abstratas - são, costumeiramente, utilizados para fins de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como para a confecção de projeções relacionadas ao objeto mensurado (SCARPIN; SLOMSKI, 2007).

Em virtude do cenário anteriormente exposto, motivou-se a seguinte questão-problema norteadora desta pesquisa: qual a relação dos indicadores econômicos e sociais com o volume de estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos municípios paranaenses no período de 2010 a 2015? Consequentemente, seu objetivo foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015.

A análise dos dados ocorreu mediante análise dos dados em painel não balanceado, visto que foram analisados todos os municípios paranaenses e nem todos possuem registros contábeis relativos ao período de 2010 a 2015. A seleção dos municípios paranaenses como amostra para esta pesquisa ocorreu em virtude da comparabilidade dos dados, uma vez que tal população se encontra sujeita a mesma

legislação estadual, e circunscrita a especificidades históricas, geográficas e climáticas, criando um contexto propício para práticas isomórficas.

Portanto, percebe-se que as receitas previstas e não arrecadadas representam um possível problema na consecução das atividades públicas, haja vista que junto a Lei Orçamentária foram fixadas despesas decorrentes (GIACOMONI, 2018). De sorte que sua relação com indicadores econômicos e sociais, isomórficos em virtude das características institucionais assemelhadas entre os municípios (TOURON, 2003), pode fomentar a discussão a respeito de ações gerenciais que minimizem seu impacto junto às contas públicas.

Além disso, há que se ressaltar que não se observam características isomórficas apenas nas condições econômicas e sociais, mas pairam também perspectivas coercitivas (FREITAS; FREITAS, 2013), especialmente relacionadas às metodologias de previsão de receitas, haja vista que existem normas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, que condicionam e legitimam os métodos adotados pelos entes executivos municipais.

Justifica-se o estudo em razão de três diferentes aspectos: teórico - aplicação empírica dos conceitos dispostos na Teoria Institucional; prático - busca atender a recente demanda por maior *accountability* no controle da dívida ativa. E a geração de conhecimento: testa a relação entre os pressupostos teóricos de sua aplicação prática, contribuindo para a geração do conhecimento a partir do entendimento sobre o comportamento de indicadores econômicos e sociais, com a interferência sobre o volume da dívida dos municípios paranaenses.

Ademais, o estudo permite que os conceitos presentes da Teoria Institucional, que fundamentam a relação entre organizações, especialmente, em ambientes homogêneos, sejam aplicados visando à melhoria no planejamento de ações das políticas públicas que previnam e minimizem os impactos das receitas não arrecadadas e inscritas na dívida ativa.

O presente trabalho foi organizado em cinco seções: a primeira, introdutória; a segunda apresenta os principais conceitos que suportaram a pesquisa; a terceira descreve o método utilizado para o desenvolvimento do trabalho; a quarta analisa e discute os resultados encontrados; a quinta expõe as conclusões do trabalho e sugestões para futuros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Institucional

O processo de convergência das práticas adotadas pelas organizações tem sido discutido com o suporte apresentado pela Teoria Institucional. Segundo Peci (2006) isso contribui para o aumento da estabilidade nas rotinas organizacionais, promovendo um melhor desempenho. No contexto contábil, seu uso fundamenta e explica as modelagens contábeis utilizadas em diversos aspectos, conforme apontam Dias Filho e Moura (2013).

Sob essa perspectiva, DiMaggio e Powell (1983) destacaram inicialmente que, dentre outras abordagens, o setor público possui aspectos de racionalidade formal, forte atuação governamental e regras institucionalizadas, de modo que a interação e o comportamento similar entre as organizações se tornam mais evidente.

Para tanto, a forma como a estrutura organizacional resulta da conformidade com o ambiente que está inserida (TOURON, 2003), o que impele à discussão as alegações feitas por Gooneratine e Hoque (2016), dado que, no âmbito público, por um lado ocorre à busca por legitimidade, atendendo os pressupostos normativos, por outro, aspectos ambientais, possivelmente ligados a condições mercadológicas, também moldam a atividade institucional e tem implicações em seu desempenho.

Nessa perspectiva, em relação aos municípios paranaenses, acentue-se que os fatores relacionados à conjuntura econômica e fiscal são assemelhados de maneira que a comparabilidade entre os municípios

pode ser facilitada. Ressalte-se que os recursos descentralizados são geridos pelos mesmos entes públicos e repartidos visando o desenvolvimento do estado de maneira equitativa.

Em virtude dessas condições assemelhadas, uma das vertentes da Teoria Institucional se refere ao isomorfismo (DIMAGGIO; POWELL, 1983), que se torna evidente no atendimento aos pressupostos normativos. Contudo, tais autores, ressaltam que aspectos mais sutis também podem ser fonte de coerção para comportamentos similares entre as instituições. Neste sentido, o desenvolvimento econômico e fiscal é compartilhado pelos municípios paranaenses, de maneira que o contexto político e econômico cria condições de comparação e isomorfismo, entre as administrações municipais.

Deste modo, no que se refere ao isomorfismo coercitivo, é possível defini-lo como a adoção de um determinado procedimento por influência formal ou informal, originada por coerção de outras organizações ou por força da expectativa da sociedade, a qual acaba por gerar comportamentos similares em instituições de um mesmo ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977).

Dias Filho e Moura (2013) complementam, citando a obrigatoriedade de aceitação e cumprimento de normas e demais determinações de ordem jurídicas. Mais especificamente no âmbito do setor público, por meio de Carpenter e Feroz (2001) depreende-se que a Teoria Institucional está presente na atuação contábil no atendimento regrado às normas.

O suporte teórico aos fenômenos em questão acentua-se, de acordo com o entendimento de Toledo Filho e Oliveira (2007), no sentido que os modelos contemporâneos de contabilidade têm se adaptado às imposições legais, ampliando seu controle e transparência, dando visibilidade a todas as etapas do ciclo orçamentário. Além de fornecer ferramentas à tomada de decisão pelos gestores públicos e apresentação à sociedade de todo o comportamento relacionado à gestão fiscal que resiste a todas as tentativas de flexibilização.

Posto isso, Freitas e Freitas (2013) destacam que o ambiente institucional condiciona determinadas entidades a atuarem em um ambiente rígido, expresso por imposições legais e normas fiscalizadoras, tornando-as sistematicamente padronizadas à forma como agir. Assim, a contabilidade não pode se afastar da conjuntura social em que opera, pelo contrário, deve ser utilizada como um instrumento de atuação no processo de tomada de decisão (DIAS FILHO; MOURA, 2013).

Dentre os aspectos externos, a configuração econômica também pode influenciar as práticas contábeis (GOONERATNE; HOQUE, 2016). O que permite compreender como a dependência de recursos para manter suas atividades em um momento de estresse fiscal, pode afetar a atuação governamental (CARPENTER; FERROZ, 2001).

Assim, as demandas da sociedade e seu relacionamento com as organizações criam um contexto altamente institucionalizado, cujas atividades passam a auferir maior legitimidade e estabilidade. Do mesmo modo, autoridades legislativas e, por vezes, judiciárias, criam regras que acabam se tornando práticas comuns entre as organizações (MEYER; ROWAN, 1977).

2.2 Receita Pública

Segundo Giacomoni (2018), no âmbito acadêmico, as receitas públicas recebem menor atenção do que as despesas, isso se deve ao entendimento equivocado de que as receitas representam um fenômeno puramente contábil e financeiro. Todavia, trata-se de uma estimativa baseada em metodologia definida em lei, cujas pressuposições são suportadas por indicadores e métricas previamente embasados

Nesse sentido, há uma tendência de coerção institucional no sentido de amparo para adoção de estimadores que confirmam legitimidade aos valores previstos (FREITAS; FREITAS, 2013; DIAS FILHO; MOURA, 2013). Portanto, é preciso enfatizar que a estimativa de valores orçamentários a serem arrecadados determina a condução das atividades governamentais durante determinado período de tempo, de modo que as receitas frustradas necessitam de amparo administrativo, e por vezes jurídico, para que retornem aos cofres públicos e financiem suas atividades (GIACOMONI, 2018).

Ademais, a partir de Brinkerhoff, Cross, Sharma e Williamson (2019), depreende-se que o esforço para arrecadar a receita pública e sua posterior aplicação de forma eficiente em políticas públicas acaba por reduzir as necessidades futuras de maiores aportes para financiamento das atividades estatais.

Portanto, a partir do orçamento são previstos os ingressos, bem como a destinação de recursos, em um determinado período de tempo (MCASP, 2019). Nesta seara, Angélico (2014) trata dos problemas envoltos na estimação dos valores a serem arrecadados e dispostos pela Lei Orçamentária, de modo que seu cálculo envolve um trabalho relevante e de responsabilidade, pois trata de métodos e procedimentos para analisar as condições do ambiente que favorecem ou dificultam a arrecadação, bem como a mensuração dos prováveis valores a receber dos contribuintes.

Por sua vez, Figueirêdo e Nóbrega (2007) apontam que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a previsão da receita deve considerar questões como as normas técnicas e legais, condições econômicas e demais fatores relevantes. Ou seja, com base na Teoria Institucional e se valendo das afirmações de Toledo Filho e Oliveira (2007), entidades públicas acabam, de forma natural, aproximando suas atividades, dado que se trata de um grupo unificado que gerencia os recursos advindos da sociedade. Além de serem conduzidos por regramentos assemelhados e terem de dispor informações ao mesmo grupo de interessados.

Saliente-se que, segundo a Lei complementar 101/2000 (LRF), a instituição, previsão e arrecadação são requisitos de responsabilidade na gestão fiscal. Posto isso, Albuquerque, Medeiros e Feijó (2013) ressaltam a importância de uma projeção eficiente, que identifique os possíveis efeitos econômicos que possam influenciar a arrecadação. Ademais, com base na Lei 4.320/1964, fica estabelecido que pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e não, necessariamente, recolhidas. Para tanto, o Giacomoni (2018) observa que algumas receitas podem não apresentar todas as etapas de arrecadação. Por exemplo, o ingresso de receitas que não foram inicialmente previstas que acabam passando pela etapa da previsão.

Assim, dentre os riscos fiscais presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previstos pela LRF, é possível destacar os riscos orçamentários, os quais tratam da possibilidade da não realização das receitas ou despesas inicialmente almejadas. Ou seja, o estado deve assumir que durante a execução orçamentária podem ocorrer percalços que dificultem o atingimento dos valores orçados (FIGUEIRÊDO; NÓBREGA, 2007).

Ainda nesse contexto, Albuquerque, Medeiros e Feijó (2013) apontam, por exemplo, a ocorrência de fatos imprevisíveis quando da programação orçamentária, como a mudança no nível de atividade econômica, mudanças legislativas e alteração nas taxas de inflação. Situações em que a arrecadação de tributos é diretamente afetada e ações devem ser tomadas pelos gestores públicos no intuito de minimizar seu impacto nas atividades do governo.

2.3 Dívida Ativa

Segundo a definição dada pela Lei 4.320/1964, a dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que receberão o devido tratamento contábil como receita do exercício em que forem arrecadados, bem como, nas respectivas rubricas orçamentárias (GIACOMONI, 2018).

Além disso, a receita não arrecadada, inscrita em dívida ativa, que outrora fora estimada a partir de metodologias previamente definidas e que forneçam subsídios à legitimidade da atuação governamental, ainda carecem de instrumentos de previsibilidade que sejam análogos entre seus pares. Como demonstra Slomski (2013) ao discutir que os créditos inscritos em dívida ativa ao receberem registro próprio, condicionados a apuração de sua liquidez e certeza na forma da referida lei refletem o tratamento contábil dado ao fenômeno em questão, haja vista que o registro dar-se-á em conta do ativo, cujo conceito remete ao potencial de benefícios econômicos que fluirão para a entidade. Desta forma,

entende-se que deveriam ser registrados somente os valores pactuados com o contribuinte em foro administrativo ou judicial, dado os valores e prazos previamente definidos.

Por outro lado, ao encontro da falta de consenso sobre a mensuração dos resíduos a receber, Rossi e Santos (2016) afirmam que recorrentemente, as práticas contábeis aplicadas ao setor público, tem buscado uma maior padronização, em todos os níveis de governo, para consolidação de conceitos, regras e procedimentos, entendimento similar ao amparo fornecido pela Teoria Institucional em sua vertente isomórfica (GOONERATINE; HOQUE, 2016).

Longe da discussão sobre o que seria objeto de inscrição em Dívida Ativa, autores como Vicente e Nascimento (2006), apresentam uma percepção relativa à gestão da receita tributária amparada por uma série de regramentos que estabelecem formas específicas ao gestor de compensar receitas ou diminuir despesas. Contudo, a gestão da dívida ativa esbarra em dificuldades de realização dos valores vencidos, razão pela qual se permite a concessão de benefícios fiscais aos créditos tributários em cobrança. Após a observância de não recebimento do crédito no prazo estabelecido, cabe ao órgão ou entidade encaminhá-lo para inscrição em dívida ativa, com atenção aos prazos e demais procedimentos cabíveis (ROSSI e SANTOS, 2016; LIMA, 2018).

Observa-se, portanto, que o reconhecimento das receitas frustradas e passíveis de inscrição em Dívida Ativa não é imediatamente disposto, além disso, quando percebidos, sua mensuração também pode ser discutida (VICENTE; NASCIMENTO, 2006; ROSSI; SANTOS, 2016). Logo, cumpre frisar que o amparo junto a indicadores que possuam relação com a movimentação de créditos frustrados a receber pode auxiliar a percepção do ente governamental a respeito das ações a serem tomadas.

Sob essa perspectiva, o MCASP (2019) discorre sobre a adoção de uma metodologia de mensuração desses valores, do mesmo modo que a memória de cálculo dos ajustes devem ser divulgados em notas explicativas. Segundo o manual, cabe ressaltar que essa mensuração precisa se basear em estudos especializados de maneira que o patrimônio do ente público não seja superestimado ou subavaliado.

2.4 Indicadores Econômicos e Sociais

Os indicadores econômicos e sociais utilizados neste estudo foram selecionados com base na literatura, relevância, dados disponíveis e atualidade das informações. Nesse sentido, pode-se ilustrar a relevância desses indicadores, como apontado por Sinshaw e Surbeck (2018) cujos relatos atestam que as variáveis socioeconômicas foram consideradas as mais importantes ao avaliar os impactos de atividades sustentáveis.

Por sua vez, Dumitrescu e Sopu (2016) avaliam a relação entre o desempenho orçamentário e indicadores econômicos, os quais foram considerados expressivos e úteis na avaliação dos dados financeiros oficiais divulgados pelos entes governamentais.

Ademais Fernandes e Fernandes (2017) ao analisar o crescimento econômico e os votos obtidos por presidentiáveis, relataram que circunstâncias econômicas e sociais, ligadas especialmente às condições de saúde, educação, cultura e tamanho da população, se mostraram relevantes na análise.

Sob a perspectiva sustentável, são vistos argumentos para utilização de indicadores relacionados aos aspectos sociais, de maneira que Valenti, Kimpara, Preto e Moraes-Valenti (2018) se apropriam de conceitos de sustentabilidade econômica, ambiental e social, os quais denotam capacidade de geração de benefícios às comunidades em que estão inseridas.

Visando ainda enfatizar a utilização desses aspectos socioeconômicos em pesquisas relacionadas às questões de políticas públicas, têm-se o estudo realizado por Perosa, Leite, Fonseca e Lebaron (2016), na ocasião os autores apontam sobre a pertinência da dimensão territorial junto a variáveis econômicas e sociais, de forma que apresentam resultados inerentes nas condições de políticas públicas locais.

Por fim, cumpre salientar os relatos realizados por Vertakova, Plotnikov e Fodotova (2016) que utilizam de diferentes abordagens para organizar o gerenciamento econômico estatal, relacionando a

gestão eficaz de recursos com a oferta de condições socioeconômicas à sociedade. Nesse sentido, é descrito que a correta alocação de recursos possui reflexos nos indicadores regionais de desenvolvimento do ambiente social e, inclusive, nas transformações institucionais.

No que se refere a pesquisa em tela, dentre os indicadores analisados o Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM), por sua vez, foi selecionado como alternativa ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), tendo em vista que este utiliza dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o que acaba por defasar seus resultados, vez que o último levantamento censitário ocorreu em 2010. Posto isso, cumpre destacar que o IPDM é calculado com base em três dimensões principais ligadas ao desenvolvimento econômico e social, a saber, emprego, renda e produção agropecuária; educação; e saúde. (IPARDES, 2018).

Por sua vez, o desempenho financeiro, apesar não possuir uma definição uníssona, é tratado pelo IPARDES (2018), como o conjunto de receitas correntes tributárias transferidas pela união e pelo governo do estado, além de evidenciar os valores de dispêndios com investimentos e despesas com custeio frente ao volume total arrecadado.

Além destes, o tamanho da população também foi considerado pois reflete uma importante característica da comunidade, de maneira que tem sido abordada em diversos estudos acadêmicos, os quais reforçam sua relevância no condicionamento de políticas públicas adequadas à densidade populacional da região (SMITH-HILLMAN, 2007; KOSSOVA; KOSSOVA; SHELUNTOCVA, 2017; EHRLICH et al., 2018).

Quanto ao financiamento privado de atividades de cunho estatal, Santos e Pinheiro (2011) abordaram aspectos relacionados a parcerias com instituições privadas, de maneira análoga a variável em questão, a qual mensura o volume de financiamentos concedido por instituições financeiras que incentivam as atividades empresariais e agropecuárias (IPARDES, 2018).

Portanto, ao se apropriar de variáveis relativas ao estado socioeconômico dos municípios paranaenses, aceita-se a premissa da sociedade como um corpo unido, que reflete nas condições governamentais seus anseios (GIACOMONI, 2019), ou seja, a partir dos pressupostos isomórficos que explicam a similaridade entre as características sociais, a presente pesquisa não se opõe a possibilidade dessas variáveis explicarem aspectos relacionados à formação orçamentária e financeira dos municípios em que estão inseridos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e aplicada, de natureza quantitativa, que busca gerar conhecimento a partir da resolução de um problema empírico. Para a coleta de dados são utilizadas fontes documentais e bibliográficas.

Por sua vez, ao tratamento dos dados aplicou-se a regressão com Dados em Painel não balanceado, analisando se os indicadores possuem relação com o estoque da dívida ativa a ser arrecadada pelos 399 municípios paranaenses. Em atenção ao problema de pesquisa o qual busca verificar a relação dos indicadores econômicos e sociais com o volume de estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos municípios paranaenses, foram considerados indicadores que busquem demonstrar o desempenho da atividade econômica de maneira ampla nos municípios paranaenses. O contexto social foi utilizado como parâmetro na escolha dos municípios, haja vista que, embora haja desigualdades, há uma base mais homogênea, dentro das especificidades de cada localidade.

A coleta dos dados traduz-se em uma consulta ao sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da plataforma FINBRA (2018), a qual disponibiliza os dados relativos aos saldos das contas evidenciadas no balanço patrimonial dos entes públicos.

As demais variáveis foram coletadas com o auxílio da plataforma estendida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2018), cuja base de dados permitiu que

fossem criados relatórios específicos, conforme a demanda de variáveis agregadas no presente estudo, bem como dentro do lapso temporal aplicado. Para consecução da pesquisa, foram considerados todos os 399 municípios paranaenses, durante o período de 2010 a 2015, em virtude da disponibilidade dos dados, incorrendo em uma amostra com 2.394 observações, toda a população do estudo.

3.1 Construção da Hipótese de Pesquisa

Para verificar a relação entre os indicadores analisados e o volume de dívida ativa a ser arrecadada pelos municípios paranaenses, o presente estudo fundamentou-se de maneira que o resultado permita evidenciar a relação abordada sobre o contexto teórico. Deste modo, em atenção a questão de pesquisa, foi formulada a seguinte hipótese alternativa:

Hipótese 1 (H_1): A variância observada nos indicadores socioeconômicos permite explicar o volume de estoque em dívida ativa nos municípios paranaenses.

Logo, almeja-se verificar se as condições econômicas e sociais identificadas nos municípios paranaenses analisados estimulam o montante de dívida ativa inscrita. Ressalta-se que, no âmbito público, o embasamento dessa premissa recaí sobre as características exógenas e regras institucionais que tornam o nível de interação e isomórfica mais elevados (DIMAGGIO; POWELL, 1983; GODDARD et al., 2016).

O Quadro 1 demonstra o funcionamento das variáveis, e apresentam os indicadores utilizados, as hipóteses formuladas para cada variável, além dos estudos antecessores que utilizaram premissas similares.

Quadro 1 – Apresentação das Variáveis

Variável	Funcionamento	Hipótese	Revisão de Literatura
Dívida Ativa (DivAt)	Variável Dependente: mensura o volume de dívida ativa a ser arrecadada demonstrada no balanço patrimonial	Há uma variação positiva entre os níveis de estoque de dívida ativa e os indicadores econômicos e sociais	Slomski (2013); Severo e Lima (2016); Rossi e Santos (2016).
IPDM	Variável Independente: índice que mede o desenvolvimento em dimensões sociais nos municípios paranaenses	Melhores índices de desenvolvimento humano reduzem o volume de dívida ativa.	Scarpin e Slomski (2007); Zuccolotto e Teixeira (2014); Marino, Soares, De Luca e Vasconcelos (2016); Perosa, Leite, Fonseca e Lebaron (2016).
Desempenho Financeiro (DesFin)	Variável Independente: receitas correntes relacionadas aos dispêndios com investimentos e despesas Correntes	Melhores indicadores de desempenho financeiro municipal aumentem o volume de dívida ativa.	Scarpin e Slomski (2007); Dalmonech, Teixeira e Sant'Anna (2011); Bogoni, Hein e Beuren (2011); Vertakova, Plotnikov e Fedotova (2016); Fernandes e Fernandes (2017).
Investimento Privado (FinPriv)	Variável Independente: volume de financiamentos ligados à agricultura e pecuária	Maiores investimentos privados na atividade produtiva aumentam a produtividade, e consequentemente a possibilidade de contribuição	Santos e Pinheiro (2011); Vertakova, Plotnikov e Fedotova (2016); Melo-Silva (2016).
Tamanho da População (Pop)	Variável Independente: população estimada com base nos residentes, pelo método de Tendências (IPARDES, 2018)	Maiores populações se refletem em maiores volumes de estoques de dívida ativa.	Smith-Hillman (2007); Kossova, Kossova e Sheluntocva (2017); Ehrlich, Kemper, Pasaresi e Corbane (2018).

Fonte: Os autores (2019).

Após a coleta, os dados foram tabulados com o uso da suíte de escritório LibreOffice – Calc (versão 6.0.7.3) de modo que cada variável, município e período de tempo fossem distribuídos em uma estrutura de dados em painel não balanceado. As demais análises estatísticas foram realizadas por meio do software econométrico R (versão 3.5.1). Os procedimentos metodológicos aplicados no presente estudo foram realizados conforme etapas descritas no Figura 2.

Quadro 2 – Procedimentos de Análise

Etapa	Procedimento	Suporte Teórico
1	Estatísticas Descritivas	Fávero e Belfiore (2017); Fávero (2013); Gujarati e Porter (2011).
2	Verificar a homogeneidade da base de dados	
3	Testes para avaliação da aderência aos coeficientes	
4	Teste de Regressão	
5	Diagnósticos da Regressão	

Fonte: Os autores (2019).

Ressalte-se que o protocolo em citado se propõe a abordar todos os exames necessários à garantia de confiabilidade do modelo de regressão, para tanto suas etapas foram perseguidas como apresentado adiante.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de iniciar a análise dos dados, cabe discorrer sobre suas características por meio das medidas de estatísticas descritivas. É oportuno mencionar que a base foi submetida a interpolação linear dos dados para preenchimento das observações ausentes, de maneira que o procedimento junto ao painel desbalanceado fosse minimamente invasivo.

4.1 Estatísticas Descritivas

No tocante as medidas de tendência central e não central, a Tabela 1 apresenta os resultados de acordo com cada variável. Percebe-se que os valores relativos a média e a mediana não se distanciam, indícios de que o centro da amostra não foge de seus valores intermediários.

Além disso, a partir dos valores mínimos e máximos, acredita-se que existem valores consideravelmente distantes do primeiro e terceiro quartil, o que sugere a possibilidade de existência de *outliers* na amostra.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

	DivAt	DesemFin	FinPriv	IPDM	Pop
Mínimo	-3,0267	-0,8539	-2,2270	-0,5204	3,1436
Primeiro quartil	4,4459	0,8213	6,9995	-0,2366	3,7095
Média	4,8195	1,0297	7,2907	-0,2072	4,0388
Mediana	4,9541	1,0603	7,3095	-0,1982	3,9701
Erro padrão	0,0272	0,0080	0,0131	0,0012	0,0095
Terceiro quartil	5,4841	1,2967	7,6203	-0,1666	4,2560
Desvio padrão	1,3329	0,3894	0,6414	0,0589	0,4635
Coef.Var	0,2766	0,3782	0,0880	-0,2844	0,1148
Variância	1,7765	0,1517	0,4114	0,0035	0,2148
Máximo	8,1476	2,0658	9,2855	-0,0659	6,2740
Observações	2.394	2.394	2.394	2.394	2.394

Fonte: Os autores (2019).

A confirmação de *outliers* foi realizada mediante análise dos diagramas de extremos e quartis, bem como por testes específicos. Com isso, optou-se pela suavização dos dados por meio da aplicação de logaritmos. Outrossim, as técnicas de substituição editadas por Komsta (2011) foram utilizadas para minimizar os impactos das observações que pudessem distorcer a amostra, de forma que os dados não fossem manipulados intencionalmente, mas sim com auxílio de artifícios estatísticos que não comprometessem a amostra.

Aliado a isto, é possível frisar os resultados concernentes ao coeficiente de variação, que trata da relação entre o desvio padrão e a média (“*DivAt*” = 0,2766; “*DesemFin*” = 0,3782; “*FinPriv*” = 0,0880; “*IPDM*” = -0,2844; “*Pop*” = 0,1148), a qual foi considerada ínfima, auferindo maior confiabilidade quanto a ausência de dispersão padronizada da amostra.

Por outro lado, a respeito da distribuição interquartilica, alguns resultados são passíveis de maior atenção, especialmente quando ao “*FinPriv*” (Mín = -2,2270, 1ºQt = 6,9995; 3ºQt = 7,6203, Máx = 9,2855), nessa situação existem valores compõem os decis até seus mínimos e máximos o que deturpar a distribuição.

Tabela 2 – Matriz de Correlação de Pearson

	DivAt	DesFin	FinPriv	IPDM	Pop
DivAt	1				
DesFin	-0,3305 (0,0000)	1			
FinPriv	0,2230 (0,0000)	-0,2222 (0,0000)	1		
IPDM	0,2430 (0,0000)	-0,2453 (0,0000)	0,3199 (0,0000)	1	
Pop	0,5396 (0,0000)	-0,7334 (0,0000)	0,3400 (0,0000)	0,1313 (0,0000)	1

Fonte: Os autores (2019).

Os resultados encontrados pela matriz de correlação sugerem, dentre outros, se as variáveis poderão apresentar problemas relacionados com a multicolinearidade. Neste sentido, notam-se algumas correlações que merecem maior atenção, especialmente, aquelas evidenciadas junto a variável “*População*”, a qual possui indicadores elevados com as variáveis “*Receita de Dívida Ativa*” ($\rho = 0,5396$, p -valor $< 0,0000$) e “*Desempenho Financeiro*” ($\rho = -0,7334$, p -valor $< 0,0000$).

Além disso, o sinal da proporcionalidade entre as variáveis, apresentadas no Quadro 1, não foram confirmadas quanto ao “*Desempenho Financeiro*”. De maneira que seus resultados, “*Financiamentos Privados*” ($\rho = -0,2222$, p -valor $< 0,0000$), “*IPDM*” ($\rho = -0,2453$, p -valor $< 0,0000$), “*Pop*” ($\rho = -0,7334$, p -valor $< 0,0000$) e “*DivAt*” ($\rho = -0,3305$, p -valor $< 0,0000$), apontam que um melhor desempenho não melhoraria os níveis de receitas observados, tampouco seriam observados maiores níveis socioeconômicos, o que vai de encontro ao referencial teórico que fundamenta a pesquisa (Vertakova *et al*, 2016; Fernandes e Fernandes, 2017). Todavia, sua relação explicativa possui respaldo pela análise de regressão, verificada adiante.

4.2 Análise dos Dados

Antes de aplicar os testes relacionados a regressão com dados em painel, foi verificada a homogeneidade da base de dados, por meio da qual se constatou que os dados estão estruturados para

análise em painel, contendo uma observação por período e indivíduo remontando em 2.394 observações. Cabe esclarecer que a população não apresentou uma distribuição normal conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Testes de Normalidade

Normalidade Multivariada	Beta-hat	kappa	p-valor
Mardia Skewness	57,36716	22.889,4967	0,0000
Mardia Kurtosis	195,35998	223,1142	0,0000
Normalidade Univariada			
<i>DivAt</i>			KS(0,1548) p-valor< 0,001
DesemFin			KS(0,0518) p-valor< 0,001
FinPriv			KS(0,0827) p-valor< 0,001
IPDM			KS(0,0755) p-valor< 0,001
Pop			KS(0,0773) p-valor< 0,001

Nota: Normalidade univariada avaliada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, em virtude do tamanho da amostra (FÁVERO; BELFIORE, 2017); Significância ao nível de *0,1, **0,05, ***0,01.

Fonte: Os autores (2019).

Todavia, assume-se que, em decorrência ao tamanho da população analisada, o pressuposto da normalidade pode ser dispensado (FÁVERO e BELFIORE, 2017). Posto isso, ao aceitar que as condições expostas não impedem a consecução da pesquisa, buscou-se determinar qual a modelagem de dados em painel mais adequada, os coeficientes foram avaliados, entre o modelo *POLS*, efeitos fixos, efeito *between*, e efeitos aleatórios.

Os resultados indicam o modelo *POLS* é o mais apropriado ao teste de regressão, cujos resultados são demonstrados na Tabela 4, as variáveis relativas ao “*Desempenho Financeiro*”, os “*Financiamentos Privados*”, o “*IPDM*” e o “*Tamanho da População*” se mostraram estatisticamente significativos ao modelo, o qual, conforme aponta o Teste *F*, também apresentou poder explicativo superior à média.

Tabela 4 - Teste de Regressão

	Coefficiente	Coefficiente Exp	Erro	T	P-valor	
(Intercept)	2,082898	8,0277	0,255612	8,1487	5,867E-13	***
<i>DesFin</i>	-0,646152	0,5241	0,060854	-10,618	2,20E-16	***
<i>FinPriv</i>	-0,061494	0,9404	0,022432	-2,7413	0,006165	**
<i>IPDM</i>	2,712991	15,0743	0,229017	11,8462	2,20E-16	***
<i>Pop</i>	1,127842	3,0890	0,047649	23,6699	2,20E-16	***
<i>Teste F</i>					F(4,2389) = 968,143, p-valor < 0,0000	
R ²						0,6187
R ² Ajust						0,61783
<i>F de Chow</i>					F(5,2384) = 1,9716, p-valor = 0,07978	
<i>LM de Breusch-Pagan</i>					Chisq (1) = 1.213, p-valor = 0,2707	
Hausman					Chisq (4) = 6.9114, p-valor = 0,1406	
<i>F de Chow</i>					F(1990,394) = 7,3711, p-valor < 0,0000	

Nota: Variáveis “*DesFin*” corresponde ao Desempenho Financeiro, “*FinPriv*” ao volume de Financiamentos Privados no município, “*IPDM*” como substituto ao Índice de Desenvolvimento Humano, e “*Pop*” ao tamanho da população; os testes de aderência dos coeficientes verificam a ausência de heterogeneidade (*F de Chow*), variância entre grupos (*LM de Breusch-Pagan*), e aleatoriedade nos efeitos individuais (*Hausman*); O coeficiente exponencial decorre do uso da transformação logarítmica dos dados, de maneira que os coeficientes possam ser aplicados sem prejuízo ao modelo; Significância ao nível de *0,1, **0,05, ***0,01.

Fonte: Os autores (2019).

Posto isso, o modelo em tela pode ser descrito da seguinte forma:

$$DivAt_{it} = \alpha_i + \beta_1 DesFin_{it} + \beta_2 FinPriv_{it} + \beta_3 IPDM_{it} + \beta_4 POP_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Assim, propõe-se que a variação encontrada nas variáveis independentes, supracitadas, permita explicar 61,87% da variação encontrada no volume de Dívida Ativa. Além disso, cabe ressaltar que o modelo proposto utiliza variáveis de simplificado manuseio e que ainda demonstram qualidade superior à média ($F(4,2389) = 968,143$, $p\text{-valor} < 0,0000$).

A respeito dos sinais verificados juntos aos coeficientes, observa-se que, como esperado conforme Quadro 1 e demais pesquisas que fundamentam o trabalho em epígrafe, existem indícios que as variáveis utilizadas possuem uma relação positiva frente a variável endógena, de maneira que um melhor “*Desempenho Financeiro*”, maiores “*Financiamentos Privados*”, melhores conceitos junto ao “*IPDM*”, e “*Populações*” maiores, podem representar volumes maiores de receitas ao município e, conseqüentemente, maiores frustrações.

Cumprir destacar que os resultados são observados com parcimônia, haja vista que a partir do suporte oferecido pela Teoria Institucional, são reconhecidos os fatores análogos aos municípios que compõem a amostra, criando condições isomórficas que fortalecem as práticas que legitimam a atividade governamental (FREITAS; FREITAS, 2013).

Em relação ao comportamento das variáveis, acredita-se que “*Populações*” ($P\text{-valor} < 2,20E-16$) maiores provém arrecadações superiores (KOSSOVA; KOSSOVA; SHELUNTOCVA, 2017; EHRLICH et al., 2018), do mesmo modo que melhores “*Desempenhos Financeiros*” ($P\text{-valor} < 2,20E-16$) permitem ao gestor auferir maiores volumes recursos, ao passo que também pode ser observada uma inadimplência correlata (VERTAKOVA et al., 2016; FERNANDES; FERNANDES, 2017).

Da mesma forma, os “*Financiamentos Privados*” ($P\text{-valor} = 0,006165$), especialmente nas regiões paranaenses ligadas à agricultura tem sua produtividade relacionada com o volume de crédito que subsidia suas atividades. Logo, um aumento nesse indicador possibilita maiores investimentos e conseqüentemente melhores receitas ao município de produção (VERTAKOVA et al., 2016; MELO-SILVA, 2016).

Além desses, o “*IPDM*” guarda relação com as condições de vida da população local (PEROSA et al., 2016; MARINO et al., 2016). Nesta seara, interpreta-se o resultado em função da oferta de empregos, moradia, saúde e educação que oportuniza o desenvolvimento local e, conseqüentemente, melhores condições orçamentárias e financeiras do governo.

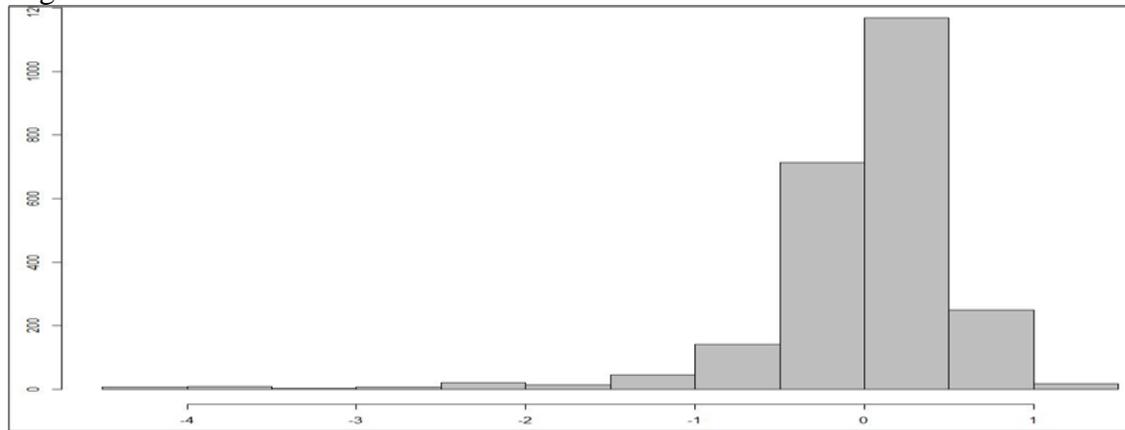
Portanto, aceita-se que a previsão de receitas inicialmente previstas que não adentraram aos cofres municipais, permite tomadas de decisões tempestivas, que alinham os meios de financiamento das atividades estatais (GOONERATINE; HOQUE, 2016). Caso contrário, pode-se inviabilizar a execução das políticas públicas em virtude da ausência de lastro para suas despesas.

4.3 Diagnósticos da Regressão

No intuito de verificar a credibilidade dos resultados, serão aplicados testes nos resíduos da regressão a fim de apurar sua normalidade, homocedasticidade, autocorrelação, multicolinearidade e adequação do modelo.

Inicialmente, a partir do teste de Shapiro-Francia ($W = 0,76351$, $p\text{-valor} < 0,000$) a normalidade não teria sido comprovada. No entanto, com o auxílio do gráfico de dispersão e histograma, é possível afirmar que os resíduos não se afastam de uma distribuição normal.

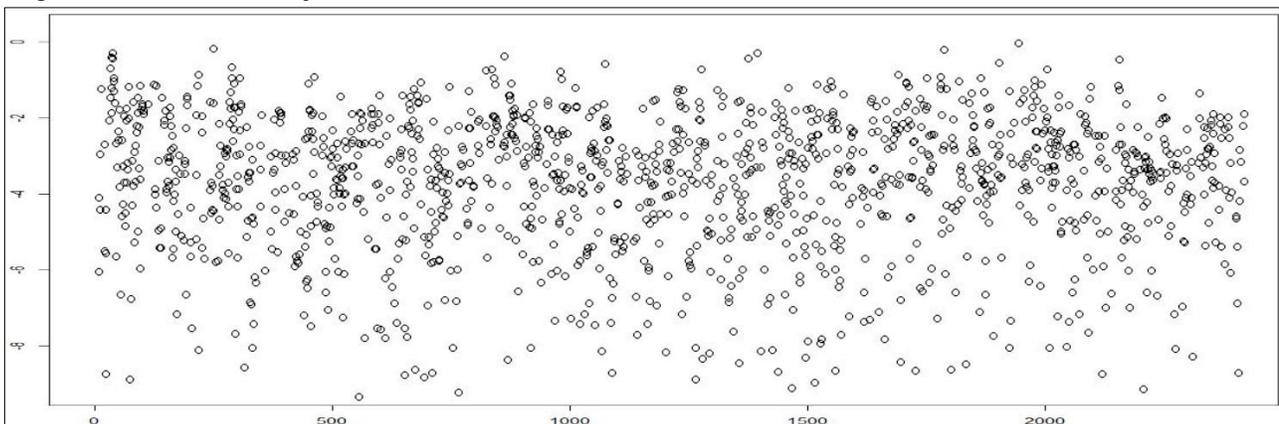
Figura 1 – Normalidade dos Resíduos



Fonte: Os autores (2019).

Quanto à homocedasticidade, foi aplicado o teste de Goldfeld-Quandt, cujo resultado $[GQ(1192,2) = 0,77094, p\text{-valor} = 1]$ indica que os resíduos não se comportam de forma heterocedástica. Ademais, por meio da Figura 2, percebe-se que não há padrões na distribuição dos resíduos, sugerindo a ausência de autocorrelação.

Figura 2 – Autocorrelação dos Resíduos



Fonte: Os autores (2019).

Ainda, seguindo o diagnóstico da regressão, o fator de Inflação da Variância (FIV), demonstrado na Tabela 5, indica que, existam correlações relevantes como apresentado anteriormente, não existe multicolinearidade entre as variáveis; Gujarati e Porter (2011) defendem que o limite do FIV não pode exceder, com a devida tolerância, o valor de 10, de forma que as variáveis do presente estudo obtiveram resultados aceitáveis.

Tabela 5 – Fator de Inflação da Variância

DesFin	FinPriv	IPDM	Pop
3,226889	1,299060	1,241448	3,323664

Fonte: Os autores (2019).

Por fim, visando assegurar a confiabilidade do modelo, no sentido de que as variáveis consideradas são suficientes, aplicou-se o teste *RESET* de Ramsey [$RESET(1,2) = 1,5323$, p-valor = 0,2159] o qual assegurou que o modelo foi adequadamente estimado.

Desta forma, após cumprir todas as etapas estipuladas pelo protocolo de análise, constata-se que o modelo proposto cumpre os requisitos necessários de validação e confiabilidade. E seus resultados indicam que 61,87% dos recursos inscritos em dívida ativa podem ser previstos com o seu auxílio. Outrossim, não são observados argumentos para rejeição da Hipótese de Pesquisa (H_1), a qual, por meio dos indicadores abordados, explicam os volumes no estoque de dívida ativa.

O poder explicativo que as variáveis independentes inferem sobre o volume de Dívida Ativa permite a discussão sobre sua utilidade no âmbito da gestão pública (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2013). Haja vista que os recursos não arrecadados deixam de financiar as atividades estatais e podem comprometer a execução de políticas públicas (FIGUEIRÊDO; NÓBREGA, 2007; ANGÉLICO, 2014).

A partir desta constatação, tornam-se importantes as iniciativas que buscam criar estimativas para mensurar como se comportarão as receitas públicas por meio da cobrança da Dívida Ativa dos municípios paranaenses. Para tanto, o modelo proposto permite que cada variável indicada sirva como ferramenta de análise, condicionando a ação governamental para inibir ou rever sua política de arrecadação (ROSSI; SANTOS, 2016).

Todavia, destaca-se que este estudo ainda é incipiente no tema, de maneira que a discussão a respeito das formas como seus indicadores podem ser utilizados, torna seus resultados relevantes. Ademais, cumpre ressaltar o fundamento proposto pela Teoria Institucional, ao passo que a homogeneidade entre as atividades e práticas organizacionais, permitiu reconhecer que este tipo de fenômeno é compartilhado entre os órgãos públicos. Nesse sentido, a adoção de comportamentos e o fiel cumprimento às determinações legais oferece um ambiente propício para que os aspectos aqui citados se manifestem (CARPENTER; FERROZ, 2001; DIMAGGIO; POWELL, 1983). Portanto, percebe-se que aproximadamente dois terços das receitas que serão inscritas em Dívida Ativa podem ser previstas. Possibilitando à gestão fiscal municipal lançar mão de ferramentas no foro administrativo e legal para minimizar o impacto das perdas geradas pela falta de recursos financeiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensuração do volume de Dívida Ativa a ser arrecadada pelos entes públicos remete a função de planejar as políticas públicas de modo que minimizem os riscos fiscais de redução das receitas, o que prejudicaria a atuação governamental. Nesse sentido, o presente estudo procurou estabelecer variáveis que podem explicar o montante de Dívida Ativa nos municípios paranaenses. Logo, o objetivo da pesquisa foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos municípios paranaenses no período de 2010 a 2015.

Assim, a variável endógena ao modelo econométrico remete ao estoque de Dívida Ativa, de maneira que sua determinação decorre das receitas inicialmente estimadas, as quais prescindem de análises metodológicas apropriadas. Desta forma, entende-se o contexto coercitivo em que os entes municipais são expostos para esclarecer os fundamentos que os levam a dispor de determinado volume de receitas.

Por sua vez, a escolha por aspectos econômicos e sociais teve fundamento na Teoria Institucional, sob o ponto de vista que, especialmente no setor público, a conjuntura regulatória, econômica, bem como a demanda por maior *accountability* é compartilhada, criando um ambiente isomórfico coercitivo que visa formalizar e garantir a legitimidade das ações municipais. Portanto, os procedimentos de similaridade conceitual têm acolhimento teórico na Teoria Institucional, caracterizado pela abordagem do isomorfismo coercitivo.

A problemática envolta ao tema se assenta na previsibilidade de valores que representam o financiamento das atividades estatais, destarte que são necessários mecanismos que previnam frustrações nas receitas públicas e forneçam condições dos municípios auferirem as arrecadações previstas em lei orçamentária.

Nesse sentido, as variáveis relacionadas ao desempenho financeiro, financiamento privado, desenvolvimento humano e tamanho da população se mostraram significativas, perfazendo relevantes contribuições socioeconômicas para gestão das receitas municipais. Por consequência, com fundamento nos pressupostos institucionais, o estudo demonstra que é possível estimar, com qualidade superior à média, as receitas que deixarão de ser arrecadadas pelos municípios paranaenses.

Os resultados observados vão ao encontro daqueles esperados a partir do referencial teórico que sustenta a pesquisa. Aceita-se que melhores indicadores de qualidade econômica viabilizam condições para que o setor produtivo se desenvolva e amplie as arrecadações tributárias. Ao passo que fatores sociais de melhor qualidade representam uma comunidade possivelmente próspera, em circunstâncias progressistas e desenvolvimentistas, aspectos desejáveis à vitalidade das contas públicas.

Portanto, ao responder à questão de pesquisa aceita-se a hipótese alternativa, em que se verificam que os indicadores supracitados, possuem relação com o estoque de dívida ativa a ser arrecadada pelos municípios paranaenses na ordem de 61,87%. Além disso, entende-se que um dos méritos do modelo reside em sua simplicidade, haja vista que foi utilizado um constructo com quatro variáveis com potencial de aplicabilidade consubstanciado nos resultados do estudo.

O limitador da pesquisa remete ao lapso temporal analisado de 2010 a 2015 o qual precisa ser ressaltado, de maneira que outras variáveis poderiam ser incluídas ampliando o campo de estudo e o potencial explicativo do modelo proposto, inclusive para controle das disparidades entre municípios de diferentes regiões, tamanhos e características. Portanto, sugerimos para futuras pesquisas que a amostra seja ampliada a outros estados e municípios para verificar o viés regional e o lapso temporal que poderá influenciar na determinação do resultado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.M.; MEDEIROS, M.B.; FEIJÓ, P.H. **Gestão de Finanças Públicas**. 3a ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. (8a ed). 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

BOGONI, N.M.; HEIN, N.; BEUREN, I.M. Análise da Relação Entre Crescimento Econômico e Gastos Públicos nas Maiores Cidades da Região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 1, 159-179. 2011.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 8 outubro, 2017, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRINKERHOFF, D.W.; CROSS, H.E; SHARMA, S.; WILLIAMSON, T. Stewardship and health systems strengthening: An overview. **Public Administration Development**. v. 39, n. 1, p. 4-10. 2019.

CARPENTER, V.L.; FERROZ, E.H. Institutional Theory and Accounting Rule Choice: An Analysis of four US State Governments Decisions to Adopt Generally Accepted Accounting Principles. **Accounting, Organizations and Society**. v. 26, p. 565-596. 2001.

DALMONECH, L.F.; TEIXEIRA, A.; SANT'ANNA, J.M.B. O Impacto Ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 nas Finanças dos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 4, p. 1173-1196. 2011.

DIAS FILHO, J.M.; MOURA, F.V. Evidências de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise á luz da Teoria Institucional. **Revista Universo Contábil**. v. 9, n. 3, p. 06-21. 2013.

DIMAGGIO, P.J.; POWEL, W.W. The Iron cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**. v. 48, n. 2, p. 147-160. 1983.

DUMITRESCU, P.A.; SOPU, M.R. Financial-Economic Indicators – Vectors of Budgetary Performance. Case Study Romania. **Procedia Economics and Finance**. v. 39, n. 1, p. 833-839. 2016.
EHRlich, D.; KEMPER, T.; PESARESI, M.; CORBANE, C. Built-up Area and Population Density: Two Essential Societal Variables to Address Climate Hazard Impact. **Environmental Science and Policy**. v. 90, n. 1, p. 73-82. 2018.

FÁVERO, L.P. Dados em painel em Contabilidade e Finanças: teoria e aplicação. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 1, p. 131-156. 2013.

FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FERNANDES, I. F. de A. L.; FERNANDES, G. A. de A. L. A Importância do Crescimento Econômico na Escolha do Chefe Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 51, n. 4, p. 653-688. 2017.

FGV. **Mercado de Trabalho**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/>
Acesso em: 10 maio 2020.

FIGUEIRÊDO, C.M.C.; NÓBREGA, M.A.R. **Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria, jurisprudência e questões**. (5a ed). Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em:
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf?jsessionid=RbJbn7pHDQjO6IxTEGHjq52V.node2>.
Acesso em: 10 maio 2020.

FREITAS, A.F.; FREITAS, A.F. Análise Institucional de Mudanças Organizacionais em um Sistema Cooperativo de Crédito Solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**. v. 47, n. 4, p. 999-1019. 2013.

GIACOMONI, J. **Orçamento Governamental**. São Paulo: Atlas, 2019.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GODDARD, A.; ASSAD, M.; ISSA, S.; MALAGILA, J.; MKASIWA, T.A. The two publics and institutional theory – A study of public sector accounting in Tanzania. **Critical Perspective on Accounting**. v. 40, n. 1, p. 8-25. 2016.

GOONERATNE, T.N.; HOQUE, Z. Institutions, Agency and the Institutionalization of Budgetary Control in a Hybrid State-Owned Entity. **Critical Perspective on Accounting**. v. 36, p. 58-70. 2016.

GUJARATI, D.N.; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. (5ª ed.). Porto Alegre: AMGH, 2011.

IPARDES. Base de Dados do Estado – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 10 maio 2020.

KOSSOVA, T.; KOSSOVA, E.; SHELUNTCOVA, M. Investigating the Volume and Structure of Alcohol Consumption in Russian Regions. **Journal of Economic Studies**. v. 44, n. 2, p. 266-281. 2017.

LIMA, D. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2018.
LUKASZ KOMSTA. **Outliers**: Tests for outliers. R package version 0.14. <https://CRAN.R-project.org/package=outliers>. 2011. Acesso em: 10 maio 2020.

MARINO, P.B.L.P., SOARES, R.A., DE LUCA, M.M.M., e VASCONCELOS, A.C. Indicadores de Governanças Mundiais e sua Relação com os Indicadores Socioeconômicos dos Países do BRICS. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 5, p. 721-744. 2016.

MCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. (8a ed). [Manual]. Ministério da Fazenda. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. 2019.

MELO-SILVA, G. Redes de Investimento e o Financiamento de Campanhas em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 4, p. 689-709. 2016.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**. v. 83, p. 2, p. 340-363. 1977.

MOTA, F.G.L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública, 2009.

NASCIMENTO, E.R. **Gestão Pública**: Tributação e Orçamento; Lei de Responsabilidade Fiscal; Tópicos em Contabilidade Pública; Gestão Pública no Brasil, de JK a Lula; Administração Financeira e Orçamentária; Finanças Públicas nos Três Níveis de Governo. São Paulo: Saraiva, 2006.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**. v. 4, n. 1, p. 1-12. 2006.

PEROSA, G.S.; LEITE, C.K.S.; FONSECA, F.C.P.; LEBARON, F. Patologias Sociais na Metrópole de São Paulo: análise socioespacial de indicadores nas subprefeituras. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 4, p. 635-657. 2016.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ROSSI, G.A.; SANTOS, W.J.L. Peculiaridades da Arrecadação e Cobrança da Dívida Ativa na Administração Pública. **Revista Ambiente Contábil**. v. 8, n. 1, 205-225. 2016.

SANTOS, M. S.; PINHEIRO, I. A. Governo – Um Aliado nem Sempre Lembrado pela Empresas na Hora de Desenvolver as Atividades de PeD. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 5, p. 1463-1483. 2011.

SCARPIN, J.E.; SLOMSKI, V. Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná: Instrumento de Controladoria para a Tomada de Decisões na Gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**. v. 41, n. 5, p. 909-933. 2007.

SEVERO, P. R.; LIMA, D.V. Uma Discussão Sobre a Natureza Contingente e o Critério de Reconhecimento da Dívida Ativa da União. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 2, p. 213-232. 2016.

SINSHAW, T.A.; SURBECK, C.Q. Impacts of social indicators on assessing the recovery potential of impaired watersheds. **Journal of environmental management**. v. 219, n. 1, p. 316-324. 2018.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. (3a ed). São Paulo: Atlas, 2013.

SMITH-HILLMAN, A.V. Market Power, Competition Policy and Developing Economies. Divergent conditions within african and caribbean economies. **Journal of Economic Studies**. v. 34, n. 2, p. 120-135. 2007.

TOLEDO FILHO, J.R.; OLIVEIRA, A. Análise do Sistema de Contabilidade Pública como Suporte ao Controle do Ciclo Orçamentário dos Municípios da Região metropolitana de Curitiba/PR. **Contabilidade Vista e Revista**. v. 18, n. 3, p. 81-105. 2007.

TOURON, P. The Adoption US GAAP by French Firms Before the Creation of the International Accounting Standard Committee: An Institutional Explanation. **Critical Perspective on Accounting**. v. 16, p. 851-873. 2003.

VALENTI, W.C.; KIMPARA, J.M.; PRETO, B.L.; MORAES-VALENTI, P. Indicators of Sustainability to Assess Aquaculture Systems. **Ecological Indicators**. v. 88, n. 1, p. 402-413. 2018.

VERTAKOVA, Y.; PLOTNIKOV, V.; FEDOTOVA, G. The System of Indicators for Indicative Management of a Region and its Clusters. **Procedia Economics and Finance**. v. 39, n. 1, 184-191. 2016.

VICENTE, E.F.R.; NASCIMENTO, L.S. A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 6, n. 14, p. 106-126. 2012.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M.A.C. As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 25, n. 66, p. 242-254. 2014.